

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: A PARTICIPAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E AS REPERCUSSÕES NO IMPEACHMENT DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

MOVIMIENTOS SOCIALES Y DEMOCRACIA: PARTICIPACIÓN EN LAS MANIFESTACIONES DE JUNIO DE 2013 Y LA IMPERACUCIÓN EN LA ACUSACIÓN DEL PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

SOCIAL MOVEMENTS AND DEMOCRACY: THE PARTICIPATION IN THE JUNE 2013 MANIFESTATIONS AND THE IMPERACHUTION IN THE IMPEACHMENT OF PRESIDENT DILMA ROUSSEFF

Neide Liamar Rabelo de Souza¹
Carlos Alberto Simioni²

RESUMO: Os movimentos sociais são coletivos reivindicatórios essenciais em países democráticos. A análise inicial foi direcionada para as jornadas de junho/2013, pelo comportamento diferenciado: protestaram contra o aumento das tarifas dos transportes públicos. Ao serem atendidos, continuaram mobilizados com pautas: anticorrupção, interesses de empresários, banqueiros e organizações transnacionais, com atuação até o afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 17/4/2016. Porém, durante a pesquisa observou-se a real e eficiente força para mudança na conduta econômica do país, a partir de 2014, com a operação Lava Jato, apoiada por governos estrangeiros, empresários, mídia corporativa, as forças armadas, etc., visando a desestatização da exploração do petróleo e gás na camada pré-sal, sem restrições para atuação de petrolíferas interessadas na extração desse mineral. A investigação foi embasada no referencial teórico estudo das elites e a metodologia fundada na revisão bibliográfica.

Palavras-chaves: Movimentos sociais. Democracia. Lava Jato. Petrobras. Manifestações reivindicativas.

1

RESUMEN: Los movimientos sociales son colectivos de reclamaciones fundamentales en los países democráticos. El análisis inicial se dirigió a los días de junio / 2013, debido al comportamiento diferencial: protestaron contra el aumento de las tarifas del transporte público. Al ser atendidos, continuaron movilizándose con lineamientos: anticorrupción, intereses de empresarios, banqueros y organizaciones transnacionales, actuando hasta la destitución de la presidenta Dilma Rousseff el 17/04/2016. Sin embargo, durante la investigación se observó la fuerza real y eficiente de cambio en la conducta económica del país, a partir de 2014, con la operación Lava Jato, apoyada por gobiernos extranjeros, empresarios, medios corporativos, fuerzas armadas, etc., con el objetivo de privatización de la exploración de petróleo y gas en la capa pre-sal, sin restricciones para las empresas petroleras interesadas en la extracción de este mineral. La investigación se basó en el marco teórico de estudio de las élites y la metodología utilizada fue la revisión bibliográfica.

Palabras clave: Movimientos sociales. Democracia. Lava Jato. Petrobras. Manifestaciones de reclamos.

¹ Doutoranda em Educação, pela Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI) – México; linha de pesquisa: Economia da Educação. Mestra acadêmica em Direito; linha de pesquisa: Direito Econômico Internacional. A - Especializações *lato sensu*: 1) Indicadores Científicos e Tecnológicos; 2) Recursos Humanos; 3) Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado; 4) Antropologia; 5) Direito Imobiliário e, 6) Comunicação na Pós-modernidade. B - Graduações: 1) Bel. em Ciências Econômicas; 2) Bel. em Ciências Jurídicas; 3) Lic. em Música; 4) Bel. em Ciências da Administração; 5) Lic. em Sociologia; 6) Lic. em História; 7) Bel. em Ciências Contábeis; 8) Bel. em Ciências Políticas. C - Atividades profissionais: Profissional Liberal. Tem experiência na área de Economia, Direito, Administração, Contabilidade, Ciências Políticas, Música, Sociologia e História, com ênfase em Direito Previdenciário, Administração Pública e militância nas questões sociais e direitos das minorias e mulheres, especialmente, na atuação como voluntária. E-mail: liamarrs@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-8320-6105> e <http://lattes.cnpq.br/5885421247777087>.

² Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR; Mestre em Sociologia, UFPR; Graduado em Ciências Sociais, UFPR. Professor dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais no Centro Universitário UNINTER desde 2002. Sociólogo, atua como consultor em projetos e estudos de impactos socioambientais. E-mail: carlos.s@uninter.com

ABSTRACT: Social movements are essential collective collectives in democratic countries. The initial analysis was directed to the days of June / 2013, due to the differential behavior: they protested against the increase in public transport fares. Upon being served, they continued to be mobilized with guidelines: anti-corruption, interests of businessmen, bankers and transnational organizations, acting until President Dilma Rousseff's removal on 4/17/2016. However, during the research, the real and efficient force for change in the country's economic conduct was observed, as of 2014, with the Lava Jato operation, supported by foreign governments, businessmen, corporate media, the armed forces, etc., aiming the privatization of oil and gas exploration in the pre-salt layer, with no restrictions for oil companies interested in the extraction of this mineral. The investigation was based on the theoretical framework of study of the elites and the methodology used was the bibliographic review.

Keywords: Social movements. Democracy. Lava Jato – Petrobras. Claims demonstrations.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda década do século XXI as ações coletivas são usadas fartamente, em especial, aproveitando os recursos disponibilizados pelas redes sociais para convocação de manifestações, sejam para encontros em locais públicos ou mesmo por divulgação circunscrita com finalidade específica. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) desempenham papel estratégico de empoderamento das pessoas, podendo ter alcance local e, até mesmo global; uma forma robusta para agilizar articulações políticas contemporâneas. A conceituação para movimentos sociais que sintetiza sua importância é a de Gohn citada por Gross e Prudêncio (2004, p. 78) “ações sociopolíticas construídas por atores coletivos de diferentes classes sociais, numa conjuntura específica de relações de força na sociedade civil.”

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas. A importância política do vasto campo que se situa, inerentemente, distinta do Estado e fora do mercado. As reivindicações coletivas devem ter interligações com grupos e congregações comprometidos com práticas comunicativas caracterizadas pelo respeito mútuo e pela solidariedade, com a finalidade de atingir reivindicações que possam alcançar grande contingente de pessoas, por meio de políticas públicas visando o bem-estar social (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 55).

Os movimentos sociais operam, essencialmente, fora do espaço estatal, mesmo que a temática seja de alcance público. Os ativistas interagem com o Estado, especialmente, reivindicando ações em proveito da coletividade, porém não participam da gestão burocrática governamental. A finalidade é pressionar para o atendimento de necessidades básicas da parcela de pessoas que são acometidas pelo *déficit* de cidadania, visando influenciar a ponto de elaborarem políticas públicas corretivas no sentido de igualdade de direito e obrigações. Um exemplo, os militantes que reivindicam uma economia sustentável e a preservação do meio

ambiente, com a criação de órgãos especializados para a gestão das políticas ambientais (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 56).

A democracia e os movimentos sociais, serão analisados pela perspectiva da institucionalidade – incluindo as reivindicações coletivas e participativas, vinculadas às práticas associativas –, para cultivar aprendizados afeitos às sociabilidades e espacialidades. Portanto, a cooperação e ações por meio de lutas comunitárias visam os direitos e deveres para toda a sociedade, com práticas significantes no plano normativo para perenizar as conquistas de igualdade. Os esforços de base não são para privilégios, mas por oportunidades uniformes e conquistas públicas. As pautas devem ser claras para aqueles que pretendem aderir a um determinado projeto ou causa (BRINGEL; ECHAR, 2008, p. 469).

O ex-juiz Sérgio Moro, os procuradores da República Carlos Fernando Santos e Deltan Dallagnol (DD) fizeram alusão à clássica Liga da Justiça – dos super-heróis dos quadrinhos e das telas de cinema –, como integrantes da operação Lava Jato (LJ) foram nominados por eles mesmos como República de Curitiba ou *general quarter* ou *A Nova Cafarnaum*. A mídia construiu o mito Moro, conforme salientou Prado Junior (2020, p. 11) “Herói atípico, pois idolatrado em especial pela alta burguesia, o grande empresariado, a classe média vigarista e o latifúndio: em suma, os potenciais réus em qualquer cruzada anticorrupção”. No Brasil, em 2016, o juiz não só articula antes, mas durante e depois nos autos, como também, assume-se como o próprio processo judicial.

A presente investigação tem a finalidade de responder à pergunta: O que levou pessoas descontentes com o reajuste das passagens de ônibus nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, mobilizarem pessoas em âmbito nacional e pautar a destituição da Presidente da República?

Os movimentos sociais surgiram no passar do século XIX para o XX com o objetivo de designar multidões bradando por mudanças pacíficas centradas em questões identitárias, pela mobilização de parcela da sociedade por comutação de paradigma, especialmente, em políticas públicas com relação a algum atendimento que motivou as reivindicações. Com pretensão de tratamento igualitário em relação a outras classes políticas, econômicas e sociais. Visando o reconhecimento e atendimento dos requerimentos que querem ver atendidos, sem vincular os gestos a macroestruturas ou situá-los em processos de mais longo alcance.

No Brasil o que leva ao descontentamento que alcançam diversas temáticas tem origem na imensa desigualdade social e econômica da população composta por mais de 213,3 milhões de

pessoas (IBGE, 2021), porém com um restrito número de indivíduos com tratamento privilegiado, além de conservarem as posições como justas em suas visões de mundo. Os insatisfeitos com as assimetrias têm missões árduas, porque não conseguem lutar sozinhos, sendo o mais produtivo atuarem em redes. Existem as mobilidades pela distribuição de renda, pela igualdade entre as nações – antiglobalização –, articulação mundial com ações locais. Como por exemplo, as reivindicações por parte do movimento negro, especialmente por cotas para estudantes não-brancos em universidades públicas.

No caso brasileiro os movimentos sociais ganharam importância a partir da década de 1960, quando surgiram as primeiras determinações de lutas contra a política vigente. Devido a insatisfação de parte da população com o Estado de exceção e as restrições impostas pelo regime militar aos direitos e deveres típicos de nações democráticas. A moção mais longeva no Brasil e, altamente significativa, são as reivindicações das mulheres por igualdade de tratamento entre os sexos. Como existem outras temáticas indispensáveis visando a dignidade humana, como os que atuam nas lutas pela terra, desde 1984, no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e, as comunidades remanescentes de quilombos pelo reconhecimento de suas povoações. No âmbito urbano, desde 1997, o destaque fica com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

Existem vários movimentos coletivos que objetivam reivindicações para uma determinada classe laboral, como os sindicatos, com estruturação desde o final do século XVIII, com vinculação na defesa de direitos que a categoria considera ser justa. Entidades com ânimo de estáveis e permanentes, representando trabalhadores, contratadores e empresários, tanto urbano-industrial como rurais e de serviços (laborais). Com similaridade de finalidade, existem as associações que representam o conjunto de profissionais e de empregadores, unem-se a partir da constatação de problemas e a necessidade de resolvê-los em proveito da corporação (ESTANQUE, 2008, p. 184-185).

Ao findar os trabalhos da assembleia constituinte, com a promulgação da Constituição de 1988 (CF/1988), ficou evidente a primazia pela democracia participativa, como possibilitou a disseminação das associações da sociedade civil com variedade de concepções e temáticas; notório entendimento da impossibilidade de esperar as decisões e ações do Estado. No Brasil existem vigorosos grupos de associações religiosas que atuam nas atividades de autoajuda – organização dos hipossuficientes para reivindicar instrumentos públicos de atendimento às necessidades vitais. Existem coletividades organizadas, como o MST, que se aproximam do

poder constituído para reivindicar, porém estão distantes das estruturas de Governo (AVRITZER, 2012, p. 394-395).

Os partidos políticos surgem no século XIX no âmbito da sociedade civil burguesa, no sistema econômico capitalista. Diferem-se dos movimentos sociais porque fazem parte de um grupo estruturado de pessoas que formam, legalmente, uma entidade com perspectiva ideológica³. Tendo como características um conjunto de ideias, de pensamentos, de doutrinas ou de visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas. Trata-se de uma organização de direito privado, com disciplina e união voluntária de cidadãos que têm afinidades de princípios e valores, com a finalidade de disputar o poder político (VIANA, 2018, p. 72-73).

As Organizações não Governamentais (ONGs)⁴ classificadas no Brasil dentre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), entidades de utilidade pública sem fins lucrativos, constituídas formalmente e autonomamente, caracterizadas por ações de solidariedade na seara das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões em proveito da parcela de seres humanos excluída das condições da cidadania. Fazem parte do chamado Terceiro Setor⁵ – embora sejam privadas, perseguem fins públicos –, podendo receber financiamentos e doações do Estado, assim como de entidades privadas. Ferreira (2005, p. 37) conceitua as ONGs como “grupos ou instituições que são independentes do governo, caracterizam-se sobretudo por objetivos humanitários e de colaboração, não possuem fins comerciais. Organizações de iniciativa privada que visam a produção de bens e serviços públicos”.

A transnacionalização dos direitos humanos são pautas locais e problemas que alcançam o mundo. No Brasil as lutas inaugurais continuam necessárias devido ao ínfimo avanço na conscientização pela extinção da violência contra as mulheres (misoginia). Especialmente com medidas efetivas contra os grupos de homens violentos que subjagam o sexo feminino e, se escondem no emprego de interpretações culturais; mesmo com esforços de esclarecimentos das

³ A origem do termo ideologia está com o filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836), em 1801 criou a palavra e lhe deu o primeiro significado: ciência das ideias. A concepção crítica pode ser considerada instrumento de dominação que age por meio do convencimento – persuasão ou desaconselhar, mas não por meio da força física. Karl Marx desenvolveu uma teoria a respeito da ideologia proveniente da divisão entre o trabalho manual e o intelectual, não se pode analisar uma sociedade separada de sua condição social e histórica (CARVALHO, 2018).

⁴ A Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do final da década de 1980 associou-se ao Institute for Policy Studies da John Hopkins University (JHU) para a criação da Classificação Internacional das Organizações Não-Governamentais reconhecendo a relevância desses esforços. O termo popularizou-se no Brasil especialmente a partir da ECO-92 – Conferência Mundial sobre Meio-ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (FERREIRA, 2005, p. 31).

⁵ O Primeiro Setor é constituído pelas organizações governamentais, na forma de órgãos da administração direta e indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, fundações estatais e afins. O Segundo Setor é constituído pelas corporações privadas que visam lucro. Terceiro Setor constituído por entidades privadas sem fins lucrativos com finalidade pública (FERREIRA, 2005, p. 32).

organizações públicas e privadas em defesa dos direitos de igualdade entre as pessoas. A discreta evolução foi levar para a seara pública os crimes de discriminação de gênero – leis, trabalhos de conscientização indicando que práticas reiteradas e condescendências sociais não legitimam violação a direitos das mulheres –, mesmo que os acontecimentos sejam privados: *insiders/outsideers*.

Na contemporaneidade (2022) as motivações de lutas, quase unânimes, envolvem a temática do desemprego e suas variantes como a baixa remuneração da mão de obra. No setor produtivo nota-se a utilização das TICs em desfavor da incorporação do emprego de trabalho, mesmo sendo indiscutível que a única possibilidade de gerar riqueza é com a atividade humana. Existem diferenças nacionais ou locais de bem-estar social, porém cada vez mais, as soberanias perdem o protagonismo das decisões políticas internas; delegando às organizações transnacionais decidirem sobre o valor dos bens e serviços. Acredita-se vital a participação das comunidades nas marchas, como exemplo, as populações dos países da União Europeia, conseguem mobilizar e organizar volumosas manifestações temáticas, quando ocorrem insatisfações das mais diversas ordens; com indicativo de mundialização (TARROW, 2009, p. 156).

Segundo Alonso (2009, p. 60) “Os novos sujeitos não seriam classes, mas grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural; poderia vir de todas as minorias excluídas: negros, índios, homossexuais, mulheres, jovens, velhos, intelectuais e, teriam em comum uma atitude de oposição”. A demanda é por transformações no estilo de vida, pela não continuidade dos privilegiados na formação de riquezas decorrentes dos processos econômicos. Já que os sempre beneficiados, acreditam ser a normalidade e, a coletividade deveria se conformar com o estado da arte. Ressalta-se que o descontentamento não surge pela simples presença de desigualdade, as mobilizações envolvem ações estratégicas cruciais para sustentarem as pessoas encorajadas até o atingimento total ou parcial das reivindicações.

Os movimentos sociais abrigam múltiplas temáticas, como àquelas com perspectiva política do conflito, relações que têm a presunção de que ao expor o descontentamento, o diálogo entre os representantes do Estado e ativistas sociais resultarão em ações transformadoras. Porém, nitidamente discordantes do poder constituído, tendo uma formação de unidades diversificadas e autônomas, as quais se manteriam em contato por meio de redes sociais (a partir de sua popularização). Podendo ser caracterizadas como (ABERS; VON BÜLOW, 2011, p. 73 e 78):

- a) uma rede de interações informais entre indivíduos e organizações;
- b) orientam-se de forma enfática em relação a um adversário definido e,

c) têm uma identidade compartilhada, com predisposição impetuosa e afinidade coletiva.

A particularidade está na perspectiva de as lideranças entrarem para o aparato estatal, quando ocorre, os militantes desse perfil, facilmente, passam a defender posições mais moderadas ou até contrárias à missão do movimento. A seguir, será analisada a marcha estudantil que iniciou em junho/2013.

2 MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Os brasileiros vinham construindo um longo período de formação democrática, desde a vigência da CF/1988, que estabelece as perspectivas de crescimento econômico e social. Após um longo período de *déficit* de soberania popular compreendido entre 1964 e 1985, que foi enfrentado com organização consistente a partir de 1983, denominada Diretas Já, que reivindicava: o fim da inflação, do desemprego e respeito aos direitos humanos. Com eleições indiretas para Presidente da República, em 1985. Porém, com pleito direto a partir de 1989, com a eleição de Fernando Collor (1990-1992), afastado mediante pedido de renúncia do presidente que não foi aceito pelo Poder Legislativo, dando prosseguimento ao rito do *impeachment*. Porém, as eleições gerais sempre ocorreram dentro da normalidade até o presente (2022).

As jornadas de junho/2013 começaram na cidade de Porto Alegre-RS, lideradas pelo grupo Bloco de Lutas, contra o aumento das passagens do transporte urbano. No entanto, as que alastraram pelo país foram as chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo-SP, marcadas por uma onda de protestos, em oposição ao aumento no preço das passagens de ônibus, de R\$3,00 para R\$3,20. Após lograr o cancelamento do reajuste, deram continuidade a mobilização direcionada para temáticas genéricas: contra a corrupção, os políticos, os partidos políticos, o governo e os servidores públicos. O predomínio dos integrantes eram jovens que chegavam às ruas por meio de convocações realizadas por pessoas, em grupos de amigos nas redes sociais e, em militância política anterior. Tendo a adesão incondicional das organizações Globo⁶ que defende o direito do “cidadão de bem⁷ se manifestar legitimamente” (PINTO, 2017, p. 128-129).

⁶ A atuação da Rede Globo de televisão tanto na versão aberta como no seu canal pago de notícias, em campanha declarada em 2013 e 2015, quanto mais as manifestações adquiriam uma postura antigoverno federal, mais a emissora cobria os eventos, chegando a mudar sua grade de programação e o horário de sua mais importante atração (novela das 21 horas). Para mostrar as manifestações *pró-impeachment* da presidente da República (PINTO, 2017, p. 130).

⁷ Gente de bem podem ser caracterizados como aqueles que foram às ruas pedindo o *impeachment* da ex-presidente Dilma. A expressão foi vocalizada por um dos líderes mais nefastos de toda a história, Adolph Hitler, em *Minha luta*, usada para reforçar a supremacia de sua raça perante as demais, além de colocar o socialismo como inimigo a ser combatido (PRADO JUNIOR, 2020, p. 79).

O MPL se transformou no Movimento Brasil Livre (MBL)⁸ mesmo com um discurso antipolítico que lutava à direita⁹ – neoliberais, conservadores, teocratas etc. – no espectro político. Porém, as exteriorizações de insatisfações tomaram proporções nacionais, com acontecimentos marcados para diversas cidades brasileiras. Mesmo com eleições gerais marcadas para 2014, a mobilização continuou com a ascensão de diversos protagonistas e lideranças, foram postulantes a cargos eletivos naquele pleito e nos seguintes; muitos deles foram eleitos. Os candidatos da oposição tiveram um desempenho considerável no sufrágio, mas foi o Partido dos Trabalhadores (PT) vencedor, principalmente, para o cargo máximo da República (PINTO, 2017, p. 136).

No decorrer de dois anos houve um deslocamento discursivo em direção a valores conservadores¹⁰. Mesmo com eleições para os cargos de: presidente, vice-presidente; governador, vice-governador; senador; deputados estaduais e federais. Ao fechar das urnas, uma parcela da sociedade ficou descontente com a reeleição da presidente Dilma Rousseff, com isso reacenderam os movimentos embrionários de junho/2013. Em 2015, primeiro ano do segundo mandato da senhora presidente, os meios de comunicação hegemônicos, as forças armadas e as manifestações populares pressionaram os deputados federais para o afastamento da presidente. Com a impossibilidade de governar e os baixos índices de popularidade, o presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha viabilizou, politicamente, o impedimento da titular e assumiu até o final do mandato o vice-presidente.

Em março de 2014, um novo escândalo de corrupção ocupou o noticiário, propina de milhões de dólares levaram à prisão de ex-diretores da Petrobras, políticos e empreiteiros. Mesmo não prejudicando a eleição da presidente Dilma Rousseff e inúmeros políticos para cargos eletivos que compunham a coligação da chapa tendo à frente o PT. Porém aí nascia a chamada operação Lava Jato (LJ) tendo como protagonistas o juiz federal Sérgio Moro, uma

⁸ Em 2014, foi fundado o Movimento Brasil Livre (MBL), que protagonizaria, nos anos seguintes, uma ofensiva tendo como objetivo a deposição do governo Dilma Rousseff. Matérias divulgadas na grande imprensa nacional indicaram o financiamento dessa organização por partidos políticos de direita. Repercutindo estas matérias, a revista Exame sustentou o envolvimento do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Democratas (DEM) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O MBL lançou documentário próprio, possui boa estrutura de comunicação, convoca atos por todo o país e, ainda, elegeu suas lideranças. Tudo isso do dia pra noite, os movimentos de esquerda levaram décadas para ter um espaço parecido com o que o MBL ganhou em um ano (RICCI, 2018, p. 103).

⁹ Os termos: esquerda e direita apareceram durante a Revolução Francesa, de 1789, quando os membros da Assembleia Nacional se dividiam em partidários do rei à direita do presidente e simpatizantes da revolução à sua esquerda. Há um consenso geral de que a esquerda inclui progressistas, sociais-liberais, ambientalistas, social-democratas, democrático-socialistas, libertários socialistas, secularistas, socialistas, comunistas e anarquistas. Enquanto a direita inclui neoliberais, econômico-libertários, conservadores, reacionários, neoconservadores, anarco-capitalistas, monarquistas, teocratas (incluindo parte dos governos islâmicos), fascistas e nazistas (MOREIRA, 2006, p. 135-136).

¹⁰ O primeiro a usar o termo conservadorismo no contexto político foi François-René de Chateaubriand (1768-1848), em 1818, uma filosofia social que defende a manutenção das instituições sociais tradicionais no contexto da cultura e da civilização. As pessoas procuraram preservar as instituições, incluindo a religião, os direitos de propriedade, e a hierarquia social, enfatizando a estabilidade e a continuidade. Historicamente associado com a política de direita (PINTO, 2017, p. 123).

equipe do Ministério Público Federal (MPF) liderada pelo procurador Deltan Dallagnol, delegados da Polícia Federal e mais uma infinidade de servidores públicos, especialmente, magistrados de todas as instâncias.

3 A OPERAÇÃO LAVA JATO

As práticas cartelistas, de pagamento de propina, financiamento eleitoral com retorno por meio de benesses com recursos públicos e as medidas ilegais cometidas por empresários são conhecidos dos brasileiros, na melhor das hipóteses, desde os anos 1950. A operação LJ ficou conhecida por um conjunto de ações originárias de Curitiba-PR, o protagonismo se multiplicou para vários estados e repartições da Justiça Federal (JF) e MPF, com elementos de arbitrariedade e práticas de Estado de exceção. As evidências indicam que se tratava de projeto político de um grupo circunscrito de servidores públicos em cargos não eletivos¹¹ (PINTO *et al.*, 2019, p. 122-123):

- a) Mecanismo adotado pela Lava Jato – conduções coercitivas, prisões preventivas sem prazo definido, entre outras medidas alegando combater a corrupção adquiriu um novo *status*:
 - i) vazamento/publicidade para os meios de comunicação para gerar instabilidade e deslegitimação do sistema político: Congresso Nacional e Poder Executivo;
 - ii) legitimidade da operação junto à opinião pública – aumento do seu poder –, com divulgações sistemáticas para os grandes meios de comunicação – Globo, Bandeirantes, Folha de S. Paulo e Estadão –, para o avanço desse tipo de ação e,
 - iii) pressão sobre as instâncias superiores do judiciário, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF), para que essas não coibissem a flexibilização das normas.
- b) Realização de escutas ilegais, divulgadas fartamente para a imprensa, como exemplo, retirou o sigilo da gravação telefônica entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula.
- c) O mecanismo da colaboração *premiada* parece ter sido usado, deliberadamente, para obter certos depoimentos de interesse dos condutores da operação, com características semelhantes às de processos de exceção.

¹¹ O procurador Deltan Dallagnol (DD) contou aos amigos no grupo do Telegram que almoçou com João Roberto Marinho (JRM), responsável pela parte de programação da Globo, no dia 25/11/2015, onde falou do grupo, das 10 medidas, da guerra de comunicação que há na LJ. Segundo DD ele abriu espaço de publicidade na Globo gratuitamente. Por anos, a Globo trabalhou com a operação LJ numa parceria de benefícios mútuos. A LJ antecipava informações para jornalistas da emissora e dava dicas sobre como achar detalhes quentes nas denúncias. A Globo usava os furos para atrair audiência e servia como uma plataforma para amplificar o ponto de vista dos procuradores. A parceria da Globo com a LJ foi fundamental para consolidar a imagem de heróis que procuradores e o ex-juiz Sérgio Moro sustentaram por anos. A Globo colocou o repórter Vladimir Netto para atender a LJ, como contava com a ajuda de DD para redigir notas a serem publicadas na imprensa, como o jornalista ficou responsável pela publicação de um livro exaltando o trabalho do juiz Sérgio Moro (DUARTE, 2020, p. 272-278).

- d) A operação teve viés politicamente seletivo e endereçada a certas siglas partidárias e agentes políticos relacionados, principalmente, à base dos governos Dilma e Lula.
- e) A força-tarefa tinha finalidades políticas e teve consequências eleitorais, com muitas *delações* liberadas e prisões feitas em pleno período eleitoral, de modo a gerar manchetes na imprensa e intervir no resultado do pleito.
- f) Pré-candidato à Presidência da República preso, com a finalidade de não participar da eleição de 2018.
- g) Após a eleição do presidente que a LJ trabalhou na campanha, o juiz Sérgio Moro pediu demissão do cargo de magistrado para ser super ministro da Justiça e Segurança Pública do Governo Jair Bolsonaro, com convite feito durante a campanha eleitoral, segundo afirmou o vice-presidente General Mourão.
- h) Em 3/12/2020, o jornalista Ribamar Fonseca publica em sua coluna que o ex-juiz da LJ Sérgio Moro vai para os EUA, com salário de quase R\$2 milhões mensais, como prêmio por seu trabalho na LJ como agente dos interesses estadunidenses. Comumente as autoridades dos EEUU garantem moradia e trabalho no país para as pessoas que atuam em seu interesse em outros países. A recompensa por ter destruído as maiores empresas de construção civil do país em benefício das organizações estadunidenses, além de fragilizar a Petrobras para viabilizar a sua privatização, em pedaços, para as petroleiras multinacionais poderem comprar com baixo preço (BRASIL247, 2020).

As evidências indicam que a LJ atendeu a interesses de uma elite política nacional e de companhias estrangeiras, em especial, para a exploração do petróleo que foi pesquisado pela Petrobras na camada pré-sal do litoral brasileiro. Em junho/2019, foram publicados inúmeros diálogos entre integrantes da operação em grupo de troca de mensagens no aplicativo *web* Telegram, mesmo sendo todos executores do direito não desmentiram nenhuma palavra:

A Lava Jato teve flagrante apoio por parte de órgãos de governos estrangeiros, especialmente pelo projeto “Pontes”, promovido pela embaixada dos Estados Unidos e que incluiu a realização de cursos sobre crimes financeiros e lavagem de dinheiro, com aulas realizadas por especialistas norte-americanos e do Departamento de Justiça. O juiz Sérgio Moro foi um dos que realizou esse curso, que teve atividades no consulado do Rio de Janeiro. O mesmo juiz tem um percurso bastante polêmico ao longo de toda operação. Altamente premiado pelas organizações Globo e pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, o processo contra o ex-presidente Lula inclui uma série de visitas, viagens e palestras no exterior, sobretudo nos Estados Unidos. A implementação dessa pauta interfere em políticas domésticas dos países e serve à abertura de mercados para o capital transnacional, quebrando barreiras que unem capitais locais aos aparelhos de Estado em países periféricos (CAMPOS, 2019, p. 137).

A Petrobras sempre priorizou investimentos em pesquisas, prospecção e exploração de petróleo em águas profundas. Em 2006, foram descobertos os campos da camada pré-sal da costa oceânica brasileira, com jazidas significativas de óleo, podendo elevar o país ao ranque de possuir uma das 10 maiores reservas do mundo. Os especialistas, na área, afirmaram que essa foi a maior revelação do segmento mundial do petróleo nos últimos 50 anos. Pedro Campos (2019, p. 142) salienta que “Com a tecnologia desenvolvida pela Petrobras, os poços começaram a ser explorados. No final de 2018, o custo da exploração no pré-sal tem se dado em torno de US\$7.00 o barril, no final do mesmo ano, o pré-sal chegou a ser responsável por 58% de toda a produção de petróleo nacional.”

A LJ teve uma publicidade como nunca visto no Brasil, inclusive procedimentos que não têm amparo no ordenamento jurídico. Os promotores: a) concediam entrevistas coletivas; b) realizavam apresentações com *powerpoint* para divulgar investigações; c) produziam palestras no Brasil e exterior sobre corrupção e eram remunerados por esse trabalho e, d) instalam *outdoors* pelas vias de Curitiba fazendo propaganda da operação e dos procuradores designados para atuarem na investigação sobre corrupção na Petrobras. As grandes redes de comunicação brasileiras faziam o trabalho de assessoria de comunicação da Lava Jato. Com essa publicização levou as grandes construtoras investigadas a perder a credibilidade, não desvinculando as pessoas que possam ter cometido algum crime usando a personalidade jurídica da empresa (PRADO JUNIOR, 2020, p. 184-186).

As construtoras investigadas pela LJ tinham destaque no cenário empresarial nacional, a principal atividade do grupo Odebrecht era a petroquímica; do Andrade Gutierrez, as telecomunicações; a Camargo Corrêa era um dos maiores conglomerados brasileiros, com ações nos ramos de cimento, têxtil e calçadista. Lembrando que eram empreiteiras com absorção de mão de obra dos mais variados níveis de instrução e especialização – de menos qualificada e sem instrução escolar até profissionais com a mais alta maestria –, as medidas implementadas pela operação causaram inimagináveis prejuízos à empregabilidade. Pela legislação penal vigente no país, as empresas após serem denunciadas passam a ser *rés e*, por conseguinte, inaptas para contratar com os órgãos públicos. Seus nomes (CNPJs) foram inscritos no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), com impossibilidade de participar de licitações realizadas pela Administração, nos termos do art. 46 da Lei 8.443, de 16/7/1992 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU). (PINCA; ROZZETTO, 2018, p. 55).

A LJ gerou o declínio dos grupos brasileiros de construção civil e abertura para o ingresso das companhias internacionais. Por exemplo, em 2017, a construtora China Communications Construction Company (CCCC) – apontada como integrante do terceiro maior grupo de engenharia do mundo –, comprou a carioca Concremat. A Administração do presidente Bolsonaro sinaliza com privatizações nos segmentos de bancos, eletricidade, saneamento entre outros; sabidamente de interesse por parte de grupos estrangeiros, com destaque para os chineses. Com todos os prejuízos causados aos interesses nacionais, o ramo mais afetado foi o de petróleo e gás; alvo primordial da cobiça por parte de companhias estrangeiras – as petroleiras estadunidenses, europeias e asiáticas. Mesmo indiretamente, afetou áreas estratégicas nacionais como a venda da Embraer S.A. para a empresa estadunidense Boeing (em 24/4/2020 desistiu do negócio) e, a partir de 20/11/2019, o país passa a permitir uso da base de Alcântara pelos EUA (Campos, 2019, p. 141).

Logo após a posse para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, voltaram às ruas os simpatizantes do MBL, com impulsionamento dos empresários filiados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a mídia corporativa e partidos políticos de direita. Todas essas forças em sintonia com o desempenho da operação LJ cometendo as mais arbitrários decisões, com afastamento do ordenamento jurídico brasileiro conforme conceitua a *lawfare* os advogados Zanin, Martins e Valim (2019, p. 26) “é o uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo”. Nitidamente suprimindo o pilar da democracia: todos são submetidos à lei.

4 O IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

O segundo turno das eleições presidenciais de 2014 deixou o país dividido e as forças que apoiaram a candidatura do presidenciável Aécio Neves ficaram inconformadas com a derrota por uma pequena margem de votos. Até antes da posse em 1^o/1/2015, o PSDB com a coordenação do Ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), mobilizaram as lideranças de junho/2013, que foram renomeadas como jornadas de março/2015, contando com o apoio das principais redes nacionais de televisão, que detém concessão pública. O emblemático foram as pessoas irem às ruas vestidas com a camisa oficial da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)¹². Conforme

¹² Milhares de pessoas vestiram o uniforme da CBF para criticar os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff e pedir o fim da corrupção, 13/3/2016 (UOL, 2016). O símbolo da corrupção está sendo usado em uma campanha contra a corrupção, segundo Aldyr, 82 anos, o criador do uniforme e foi vítima da ditadura. Por causa do que julga “uma campanha golpista”, não apoia os

Pinto (2017, p. 152) “as grandes manifestações foram lideradas por moradores de bairros nobres, de classe média e média alta, antipetistas, muitos dispostos a bater painéis e usar uma linguagem vulgar para se referir à presidenta da República e lutar por seu *impeachment*.”

As manifestações de 2015 tinham composições diferentes de 2013, àquelas eram do espectro político da direita, com a maioria dos eleitores do PSDB. Apesar do antipetismo e da orientação liberal e conservadora dos grupos que convocaram os protestos, a indignação era seletiva das lideranças dos protestos, que poupavam partidos e políticos acusados de corrupção. Com pontua Ortellado e Solano (2016, p. 177) “Ao contrário do estereótipo do manifestante privilegiado e ressentido com o avanço social dos mais pobres, há um notável consenso entre os manifestantes a favor dos direitos sociais fundamentais. Os grupos liberais e conservadores se aproveitaram da oportunidade para moldar e explorar politicamente a insatisfação.” O que indicava a luta da pequena classe dominante incomodada com a ascensão de consumo de uma ampla parcela de trabalhadores, como por exemplo, passaram a comprar passagens aéreas e encherem os aeroportos do país.

A política de ciclo curto se instalou como um processo permanente de deslegitimação das forças políticas estabelecidas, conforme salienta Ricci (2018, p. 105) “A extrema-direita se insurgiu em 2013 marcando o fim da hibernação política, com o uso constante da violência como recurso de intimidação e perseguição política, em 2015 e 2016, em especial, inserida na crise de representação que tomou todo o país.” Com o movimento Diretas Já e o pacto redemocratizante dos anos 1980 davam sinais de que era o fim da truculência. Inclusive com a CF/1988 e eleições gerais dentro do cronograma, indicava estabilidade política. Porém, para afastar a presidente Dilma Rousseff, em 17/4/2016, foi necessário abandonar o ordenamento jurídico a que todos estão submetidos, em um Estado democrático de direito. Como reafirmaram a exceção ao prenderem o ex-presidente Lula para não participar do pleito eleitoral de 2018.

O discurso político disputa espaço implementando uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena, visando o poder. A partir da campanha presidencial em 2018, nem a verdade tem importância, com supremacia da *fake news* – consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos via jornal impresso, televisão, rádio, *online*, nas mídias sociais; com a intenção de enganar e desabonar a imagem de outras pessoas, a fim de se obter ganhos financeiros ou políticos, com falsidade. O que deslegitima os movimentos populares porque não é fácil enfrentar a mentira, uma vez que ela é sedutora e tem uma lógica de início,

protestos: “Pobres infelizes, mal informados. É uma pobre gente, não uma gente pobre. A corrupção é inegável, mas vestem a camisa da instituição mais corrupta do Brasil”, concluiu (PIAUI HOJE, 2016).

meio e fim, com racionalidade que os fatos autênticos não conseguem atingir e fascinar na mesma intensidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referencial teórico do presente estudo foi a tese das elites³, onde o poder – capacidade de tomar decisões – é entendido, essencialmente, como Codato (2015, p. 18) “habilidade, experiência, especialização ou posse de recursos – materiais, econômicos, organizacionais, humanos, técnicos, partidos ideológicos ou regionais – passíveis de serem convertidos em liderança política. Como influência, autoridade ou liderança.” O propósito de ocuparem as posições estratégicas de comando da estrutura social: o aparelho do Estado, as forças armadas e as grandes empresas capitalistas transnacionais. A elite econômica – os altos dirigentes de grandes empresas, privadas ou públicas; como a elite empresarial –, os comandantes de entidades representativas comercialmente e os parlamentares homens de negócios. Portanto, o poder é amplo, não tendo um tempo mínimo nem máximo de duração, mas domina um grande contingente de pessoas.

Diante do instigante processo de mobilização social a partir de junho/2013, com repercussões nos anos seguintes inclusive nas eleições de 2018. O objetivo é responder à seguinte indagação: O que levou pessoas descontentes com o reajuste das passagens de ônibus, em especial nas cidades de Porto Alegre e São Paulo, mobilizarem pessoas em âmbito nacional e pautar a destituição da Presidente da República em 2016? Após alguns anos pode-se visualizar os acontecimentos com a ajuda de vários trabalhos científicos disponibilizados para delinear os fatos históricos, com amparo metodológico na revisão bibliográfica.

A causa dos movimentos que tomaram visibilidade em junho/2013, foi a partir de 2006, quando nações, empresas e pessoas passaram a ter interesse na exploração de petróleo e gás na camada de pré-sal, sendo que a maioria das ações da Petrobras é do povo brasileiro. O poder transnacional passou a visar a privatização da estatal; para atingir o objetivo precisava afastar os chefes do Poder Executivo que não eram simpatizantes com modelos econômicos de estado mínimo, inclusive contrários à venda de empresas estatais brasileiras. Porque a nação estava em franca expansão social e econômica desde 2003, com investimentos públicos na infraestrutura

³ A elite política é o conjunto das famílias e seus herdeiros que se consolidam no poder (ou, no mínimo, uma sobreposição entre a elite e as famílias que a permeiam). Um indivíduo é da família de elite e, por causa disso, a elite existe. As relações entre grupos familiares poderosos com as estruturas sociais que pavimentam o caminho da elite até o topo, que são as próprias instituições políticas (COSTA *et. al.*, 2015, p. 70).

básica como: estradas, modernização dos portos, expansão de hidrelétricas, ampliação do saneamento, petróleo e gás para atender à crescente demanda interna.

As organizações públicas e privadas estrangeiras passaram a financiar grupos populares organizados e servidores públicos chaves; com índole psicológica de angariar fortunas e terem protagonismos em cargos eletivos. As pessoas que receberam benevolências têm perfil de simpatia pelo modelo neoliberal, com estandarte do Estado mínimo, concentração de rendas em uma minoria de famílias, sem compromisso com o bem-estar social (*Welfare State*). Especialmente, propagam que políticas públicas para atender os menos favorecidos é prejudicial; afinal, eles não atingem a riqueza porque não lutam por seus objetivos como os endinheirados.

A reeleição da presidente Dilma Rousseff, conforme as regras do processo eleitoral e o programa de governo indicando que daria continuidade a uma política econômica próxima ao modelo neokeynesiano. Com dificuldades para entender os movimentos sociais contrários a políticas públicas redistributivas, inclusive com franco ataque ao Estado democrático de direito, que não cabe tratamento diferenciado para pessoas iguais. O ocorrido foi uma associação de robusto investimento financeiro em grupos com perfil conveniente, como os integrantes da operação LJ, os meios de comunicação que alcançaram as massas para cumprirem seu papel de destruir a reputação dos integrantes de partidos selecionados.

15

A análise da democracia participativa teve alinhamento teórico com as ideias de Lígia Helena Hahn Luchmann (2011, p. 152) “deliberação política caracterizada por pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. A legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais.” Como observado, os movimentos sociais deveriam estar ampliando a atuação e assumindo papéis de representação nos espaços institucionais para reivindicações e mobilizações sociais. No caso analisado não se confirmou, inclusive com comportamento inesperado, em desfavor da coletividade.

O que se verificou foi, o público em geral, altamente influenciado pelos meios de comunicação de massa, tendo como fonte principal de informação os telejornais. A imprensa corporativa distribui interesses das elites e em desfavor do bem-estar social e de políticas públicas voltadas à distribuição da renda, que seria benéfico para a maioria arrasadora dos telespectadores. No entanto, enfatizaram que a expansão econômica construída a partir de 2003, não proporcionou evolução para o país e nem para seu povo; mesmo os indicadores socioeconômicos apontando desenvolvimento contínuo.

CONCLUSÃO

Ao analisar os acontecimentos entre as manifestações de junho/2013 e o afastamento da presidente Dilma Rousseff em 17/4/2016, o determinante não originou das ações de parte da população nas ruas vestidas com a camisa oficial da CBF, mas a atuação da operação LJ, que desde 2014, aproveitando o aparato do Poder Judiciário e do MPF para atender os interesses alienígenas. As empresas e pessoas que atuam na esfera da globalização financeira, podem ter alcançado seus objetivos de, gradativamente, reduzir as normas e influências políticas nacionais e edificarem legislações multilaterais planejadas, para facilitar as operações transnacionais.

A intervenção por meio de financiamento de manifestantes nas ruas, como de servidores públicos em atividade, visando o interesse de minorias, com ações maléficas para a sociedade brasileira. Com a interrupção de um processo de desenvolvimento econômico, com crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de uma forma linear desde 2003, mesmo com instabilidades severas no mercado internacional, como a de 2008, impactou pouco no âmbito interno do país. Com descontinuação a partir de 2013, não implementando medidas para a retomada do crescimento dos fatores de produção até fevereiro de 2020. A partir de então, as medidas passaram a ser emergenciais devido a pandemia desencadeada pelo Covid-19.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009, p. 49-86.

ABERS, Rebeca; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 52-84.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n.º 2, nov. 2012, p. 383-398.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

_____. **Lei 8.443**, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8443.htm. Acesso em 1º jul. 2020. Acesso em: 17 ago. 2020.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras". **Cadernos CRH – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades**, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 21, n. 54, dez. 2008, p. 457-475.

CAMPOS, Pedro Henrique. Os efeitos da crise econômica e da operação lava jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação. **Mediações**: Revista de Ciências Sociais, Londrina-PR, v. 24, n. 1, jan. / abr. 2019, p. 127-153.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Antoine Destutt de Tracy: o “pai” do termo ideologia. In: **Café História** – história feita com cliques. Publicado em: 5 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-pai-do-termo-ideologia/>. Acesso: 24 abr. 2022.

CODATO, Adriano. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 15-30.

COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; BUTTURE, Paula; LOPES, Ana Paula. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 63-92.

DUARTE, Letícia. **Vaza jato**: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, 319 p.

ESTANQUE, Elísio. Sindicalismo e movimentos sociais. In: **janus 2008** – Anuário de Relações Internacionais. Lisboa: UAL / Jornal Público, p. 184-196, jan. 2008,

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **ONGs no Brasil**: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento. Tese apresentada à Escola de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Orientadora: Prof^a Dra. Sylvia Constant Vergara. Rio de Janeiro, 2005, 257 f.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associação, participação e representação: combinações e tensões. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 84, p. 353-364, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2021. **Agência IBGE**, em 27 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31461-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2021>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MOREIRA, Diogo. Esquerda e direita na política europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada. **Sociologia, Problemas e Práticas** – Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, n. 60, p. 135-139, 2009

PEREIRA, Karine; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **EmTese** – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, n 1 (2), p. 75-91, jan./jul. 2004.

PERISSINOTTO, Renato.; CODOTO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora UFPR, 2015. 319 p. (Pesquisa; n. 290).

PIAUI HOJE – Jornal. Símbolo da corrupção da CBF é usada para protestar contra o Governo. **Editorial de Política**, em 15 mar. 2016. Disponível em: <https://piauihoje.com/noticias/politica/simbolo-da-corrupcao-da-cbf-e-usada-para-protestar-contra-o-governo-e-57871.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PINCA, Daniel Figaro; ROZZETTO, Diane Simon. (2018). Interrupções em projetos de engenharia consultiva em cenário de desestruturação organizacional. **Revista Ipecege**, Piracicaba-SP, v. 4 (2), 2018, p. 54-61.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 100, p. 119-153, 2017.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, ISABELA; BLANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. A guerra de todos contra todos e a lava jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Niterói-RJ, v. 54, set. / dez. 2019, p. 107-147.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas?: uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Revista Perseu** – Fundação Perseu Abramo (FPA), São Paulo, n. 11, a. 7, p. 169-180, 2016.

PRADO JUNIOR, Tarcis. **Moro, o herói construído pela mídia**. Curitiba: Kottter Editorial, 2020. 218 p.

FONSECA, José de Ribamar Lima da. Moro dá adeus ao Brasil para receber prêmio nos EUA. **Blog Brasil247**. Publicação em: 3 dez. 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/moro-da-adeus-ao-brasil-para-receber-premio-nos-eua>. Acesso em: 15 abr. 2022.

RICCI, Rudá Guedes. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. **Saúde Debate** – Ensaio - Instituto Cultive, Rio de Janeiro, v. 42, n. esp. 3, p. 90-107, nov. 2018.

TARROW, Sidney. *Outsiders inside e insiders outside*: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos. **Cadernos CRH** – Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v. 22, n. 55, p. 151-161, abr.2009.

UOL – Universo Online. Brasil tem maior manifestação contra Dilma. **Portal UOL**. São Paulo, publicação em 13 mar. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contra-dilma.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VIANA, Nildo. Movimentos sociais e partidos políticos. **Revista Espaço Livre** – Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural (NUPAC), v. 13, n. 26, p. 72-81, jul. / dez. 2018. ISSN 2316-3011.

ZANIN, Cristiano; MARTINS, Valeska; VALIM, Rafael. **Lawfere**: uma introdução. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019, 147 p.